



Futuro da Tecnologia do Ambiente Construído e os Desafios Globais

Porto Alegre, 4 a 6 de novembro de 2020

DISTRIBUIÇÃO SOCIOESPACIAL DOS ESPAÇOS LIVRES PARA PRÁTICAS SOCIAIS NO CONTEXTO URBANO ¹

**STEIN, Eduarda Marchiori (1); RAMOS, Larissa Leticia Andara (2);
JESUS, Luciana Aparecida Netto (3); CONDE, Karla Moreira (4)**

(1) Universidade Vila Velha, eduardamarchioris@gmail.com

(2) Universidade Vila Velha, larissa.ramos@uvv.br

(3) Universidade Federal do Espírito Santo, luciana.njesus@gmail.com

(4) Universidade Federal do Espírito Santo, karlamconde@gmail.com

RESUMO

Os espaços livres de uso público possuem função de destaque nas cidades pois contribuem para a vitalidade urbana, a melhoria do microclima, o enriquecimento sociocultural, o convívio e a troca de experiências. No entanto, o adensamento populacional e as mudanças no uso do solo resultam na carência de espaços públicos para práticas sociais. Nesse sentido, o artigo apresenta uma análise comparativa e reflexiva da distribuição socioespacial e da abrangência das praças do município de Vila Velha-ES, tendo como recorte as Regionais Grande Centro, Grande Ibes e Grande Aribiri. As análises visam verificar se tais espaços atendem de forma democrática ou priorizam parcelas específicas do território urbano. Trata-se de um estudo aplicado, de abordagem quanti-qualitativa, definido em três etapas metodológicas: Contextualização; Identificação e Mapeamento; e Análises comparativas. Os resultados evidenciam a distribuição não homogênea das praças nas Regionais. Enquanto bairros de renda superiores e baixa densidade populacional possuem até 4 praças, bairros com rendas inferiores e maiores densidades apresentam ausência de espaços públicos para práticas sociais. Espera-se com essa pesquisa influenciar futuras intervenções, de modo a qualificar o espaço urbano, em especial, de Vila Velha. (Iniciação Científica – meio)

Palavras-chave: espaços públicos, praças, mapeamento, distribuição socioespacial.

ABSTRACT

The open public spaces there are a important role in cities because contribute to urban vitality, the improvement of the microclimate, socio-cultural enrichment, socializing and the exchange of experiences. However, population density and changes in land use result in a lack of public spaces for social practices. In this sense, the article presents a comparative and reflective analysis of the socio-spatial distribution and attendance of the squares in the municipality of Vila Velha-ES, with the Grande Centro, Grande Ibes and Grande Aribiri regions. The analyzes aim to verify if these spaces prioritize specific parts of the urban territory. It is an applied study, with a quantitative and qualitative approach, defined in three methodological steps: Contextualization; Identification and Mapping; and Comparative analysis. The results show the

¹ Stein, Eduarda Marchiori (1); Ramos, Larissa Leticia Andara (2); Jesus, Luciana Aparecida Netto (3); Conde, Karla Moreira (4). Distribuição Socioespacial dos Espaços Livres para Práticas Sociais no Contexto Urbano ENTAC 2020. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 18., 2020, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ANTAC, 2020.

non-homogeneous distribution of the squares in the regions. While upper income and low density neighborhoods have up to 4 squares, others with lower income and higher densities don't have public spaces. This research is expected to influence future interventions in order to qualify the urban space of Vila Velha. (Scientific Initiation-middle)

Keywords: free spaces, squares, mapping, Socio-spacial distribution.

1 INTRODUÇÃO

Os espaços livres de uso público são essenciais para o bem-estar e a segurança da população, na medida em que contribuem diretamente para a qualidade ambiental e urbana. Segundo Lynch (1960), as pessoas não são apenas observadoras do espetáculo que acontece nas cidades, mas fazem parte dela e dão vida às cidades, a partir das inter-relações que acontecem nos espaços livres de uso público.

Gehl (2004) ressalta que para a construção de cidades vivas, nas quais exista uma relação de pertencimento e uso entre as pessoas, é necessária a presença de espaços livres de uso público de qualidade, capazes de permitirem o encontro, as práticas recreativas e atividades esportivas e inter-relações sociais. Gehl (2014) afirma que o espaço público deve ser utilizado por diversos grupos, de todas as idades, sendo um lugar amistoso e acolhedor de modo a promover a interação social.

Os espaços públicos são primordiais para a vida em sociedade, a constituição da esfera pública e a garantia do direito ao lazer. São nos espaços públicos das cidades onde o direito ao lazer pode ser estimulado e garantido. A Constituição da República Federativa do Brasil, no artigo 06, estabelece o lazer como direito social à população, juntamente com a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados (BRASIL, 1988). Ressalta-se que a qualidade socioespacial está diretamente relacionada com a presença de espaços livre, fundamental também na construção da paisagem urbana. Entretanto, muitos espaços públicos não se voltam à vida públicas urbana e resultam em lugares inóspitos, inseguros e sem atrativos (MACEDO et al, 2018).

Praças e parques permitem que a vida em comunidade, os encontros e as interações sociais aconteçam bem como as atividades recreativas e esportivas. Gehl (2014) enfatiza que a praça é um espaço para a experiência, que dá identidade a cidade e também aproxima as pessoas, criando o sentimento de pertencimento. Os espaços públicos na cidade podem apresentar-se de diversas configurações, com formas e tamanhos variados, integrando ruas e calçadas, bem como espaços para práticas sociais, com vocação para atividades de vivência e de lazer, tais como praças e parques urbanos (ALEX, 2011).

As praças são consideradas, por Mendonça (2015), espaços livres para práticas sociais com a função de promover interações e encontros, por meio do convívio coletivo e atividades de lazer. Os espaços livres para práticas sociais configuram o elemento de maior interesse neste estudo e abrangem áreas de fundamental importância na malha urbana, contribuindo com a vitalidade urbana e influenciando, diretamente, na dinâmica das cidades.

No entanto, no último século, as cidades vêm passando por um processo de adensamento populacional significativo e com isso vêm sofrendo uma série de mudanças no uso do solo urbano, na mobilidade e na estrutura da paisagem. Tais acontecimentos resultaram na carência de espaços livres para práticas sociais que proporcionem interação da população e que contribuam para a manifestação da esfera da vida pública e da formação de uma sociedade mais democrática.

Sendo assim, a pesquisa apresenta uma análise comparativa e reflexiva da distribuição socioespacial e da abrangência das praças do município de Vila Velha-ES, tendo como recorte três regionais centrais do município: Regional Grande Centro, Grande Ibes e Grande Aribiri. As análises visam verificar se tais espaços atendem de forma democrática a população ou priorizam parcelas específicas do território urbano, correlacionando com o perfil de renda e a densidade demográfica. A identificação de espaços públicos, a distribuição e a quantidade dos mesmos permitem, ainda, influenciar futuras intervenções, a fim de qualificar o espaço urbano, em especial, no município de Vila Velha.

O sistema de espaços livres de uso público de Vila Velha - ES tem sido objeto de estudo, desde 2015, pelo Grupo de Pesquisa "Paisagem Urbana e Inclusão" envolvendo as Universidade Vila Velha (UVV) e a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). As regionais analisadas, além da proximidade com o centro da cidade, são também as mais populosas e adensadas do município, possuindo juntas, 285 mil habitantes, cerca 70% da população de Vila Velha (IBGE, 2010).

2 MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo trata-se de uma pesquisa aplicada, tendo como recorte de análise as praças das Regionais Grande Centro, Grande Ibes e Grande Aribiri. Foi desenvolvido em três etapas metodológicas: (1) Contextualização do tema; (2) Identificação e Mapeamento; e (3) Análises comparativas. A primeira etapa, destinou-se a revisão de literatura, através de livros, artigos e dissertações, bem como consultas ao site da Prefeitura Municipal de Vila Velha (PMVV) e a compilação de dados censitários referente aos bairros das regionais analisadas (IBGE, 2010).

Na sequência, as praças das regionais foram identificadas e mapeadas, utilizando o *software* de geoprocessamento *ArcGis* (versão 10.4.1), de modo a gerar uma base cartográfica digital com atributos para tabulação e geração de dados georreferenciados. No processo de identificação e mapeamento, também foram utilizadas imagens de satélite dos programas *Google Earth* e *Google Maps*, juntamente com visitas e levantamentos fotográficos realizados em campo. As ortofotos usadas foram concedidas pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA, 2014), a partir do banco de imagens, *Basemap*, disponibilizado para o *software ArcGIS* (ESRI, 2016).

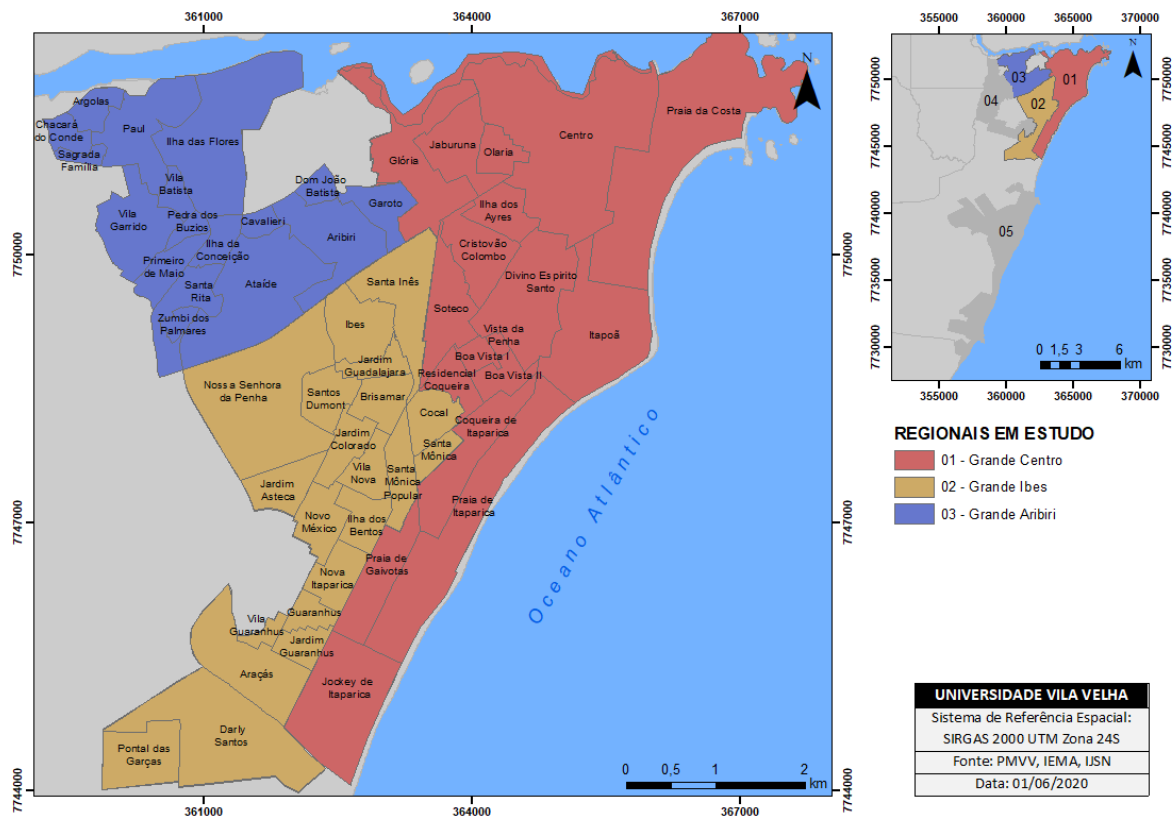
Ainda nesta etapa, foram realizados mapas para análise dos aspectos socioespaciais e econômicos em que as praças estão situadas (densidade populacional e renda per capita dos bairros nas Regionais estudadas) com a finalidade de identificar as áreas mais adensadas e o perfil de renda per capita. Definiu-se uma área de influência das praças de raio de 400 metros, através da ferramenta espacial *Buffer* para, assim, verificar a quantidade de moradores que são assistidos por espaços livres de uso público na área em estudo. A definição do raio de 400 metros tem como referência as classificações de Kelly e Becker (2006), correspondendo a um intervalo de tempo médio de cerca 5 minutos de caminhada.

Também foi utilizado o banco de dados do Mapa Interativo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) para acessar informações referentes a quantidade de habitantes residentes no raio de abrangência. Com as áreas identificadas e mapeadas, foi possível realizar análises espaciais e comparações acerca da quantidade, distribuição e abrangência das praças, bem como correlacionar com a densidade demográfica e a renda per capita dos bairros.

2.1 Caracterização da área de estudo

O município de Vila Velha possui uma população de cerca 414 mil habitantes e uma área territorial de 209.965 km² (IBGE, 2010). Para melhor organização, é dividida, conforme Figura 1, em cinco regiões administrativas. Com cerca 70% da população residente no município, as Regionais Grande Centro, Ibes e Aribiri - recorte desta análise - possuem 18, 21 e 17 bairros, respectivamente.

Figura 1 – Regionais e bairros em estudo no município de Vila Velha



Fonte: Elaborado pelos autores no ArcGis, 2020.

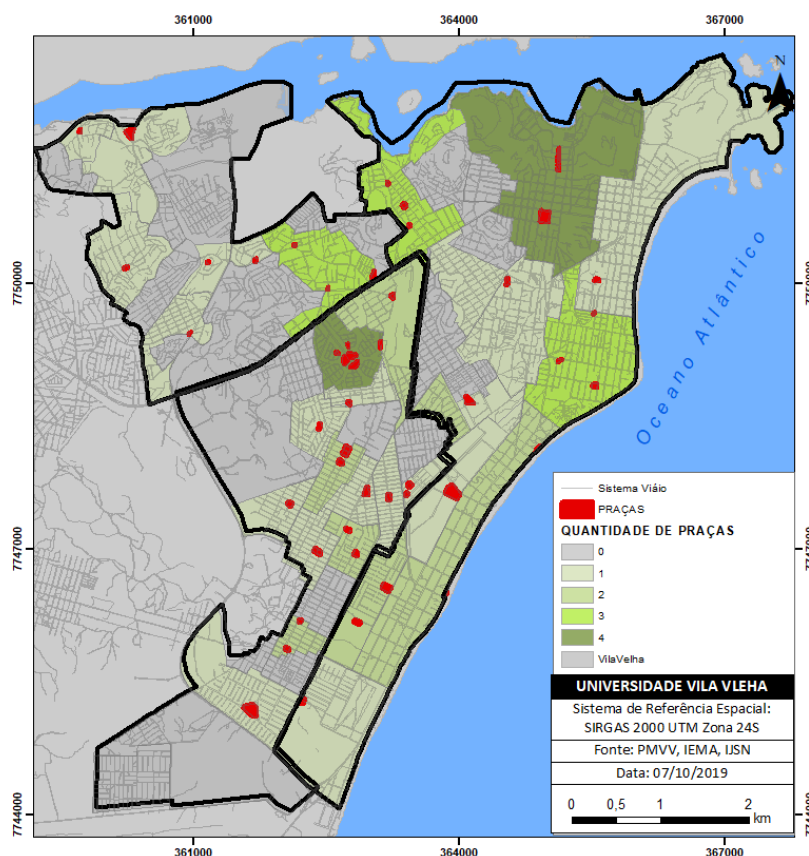
A Grande Centro é a maior área em estudo e a principal região econômica e financeira do município, que dispõe de diversos serviços públicos e comerciais, a principal áreas com praias para banho e turismo fica também fica localizada nessa região, onde fica a área de calçadão que atende os moradores mais próximos ao local, em questão de espaço público para práticas sociais. A Grande Ibes possui bairros planejados, de ocupações antigas - décadas de 1950 e 1960 - e apresenta a maior quantidade de praças. Com a menor área territorial, a Grande Aribiri conserva áreas de Interesse Ambiental que contrastam com áreas industriais e retroportuárias, vazios urbanos e ocupações irregulares.

3 DISTRIBUIÇÃO SOCIESPACIAL DA PRAÇAS

No âmbito dessa pesquisa, foram identificadas e mapeadas 47 praças, distribuídas entre os 56 bairros que compõem as regionais. São 20 (vinte) praças na regional Grande Ibes; 18 (dezoito) praças na Regional Grande Centro e apenas 9 (nove) praças na Grande Aribiri. A Figura 2 ilustra, através de uma gradação de cores (do cinza ao verde mais escuro), a quantidade de praças nos bairros estudados.

Percebe-se uma distribuição fragmentada das praças entre os bairros, tanto que alguns bairros possuem ausência e outros apresentam até 4 (quatro) praças. Nota-se, ainda, uma maior concentração de bairros com ausência de praças na Regional Grande Aribiri, evidenciadas em cinza na Figura 2 e uma maior concentração de praças em bairros planejados e de valor histórico cultural, esses representados em verde escuro na Figura 2.

Figura 2 – Distribuição socioespacial das praças da Grande Centro, Ibes e Aribiri



Fonte: Elaborado pelos autores no ArcGis, 2019.

Ao analisar a abrangência das praças, considerando o raio de 400 metros, percebe-se que a área de atendimento representa 48% da extensão territorial. Ainda considerando o raio de 400 metros, cerca de 59% da população das regionais é contemplada pelas praças mapeadas. A Tabela 1 ilustra a área e a população total de cada regional (IBGE, 2010), assim como a população e a área de abrangência considerando o raio de 400 metros das praças em estudo.

Tabela 1 – Síntese da área em estudo

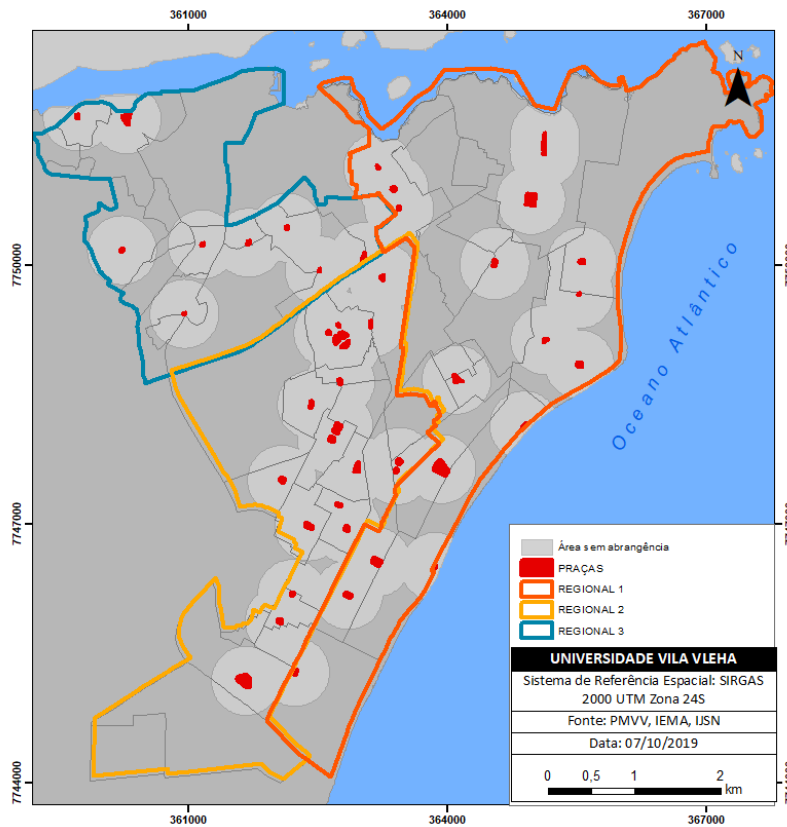
Regional	Área (m ²)	Área total de praça (m ²)	População (hab.)	Densidade (hab./ha)	Bairros (n.)	Praças (n.)	Considerando raio 400 metros	
							População atendida (%)	Área de Abrangência (%)
Centro	15.134.528	58.562	147.279	97,31	18	18	44%	42%
Ibes	10.148.208	65.425	69.551	68,53	21	20	73%	51%
Aribiri	6.669.051	14.515	68.635	102,91	17	9	61%	50%
TOTAL	31.951.787	138.502	285.465	89,34	56	47	59%	48%

Fonte: Autores, 2020.

Ao analisar a Figura 3, nota-se a presença de áreas não contempladas pelo raio de abrangência de 400m das praças. A Regional Grande Ibes destaca-se positivamente

pois cerca 73% da população e 51% do seu território é contemplada no raio de abrangência. A Regional Grande Aribiri, apesar do seu território dispor de apenas 9 praças, cerca de 50% do território e 61% da população residente é atendida pelas mesmas, em virtude da dimensão da regional e a densidade populacional concentrada em áreas mais centrais da região. Na Grande Centro, regional mais populosa do município, 6 bairros não possuem praças e apenas 44% da população é contemplada pelo raio de atendimento.

Figura 3 – Abrangência das praças da Grande Centro, Ibes e Aribiri



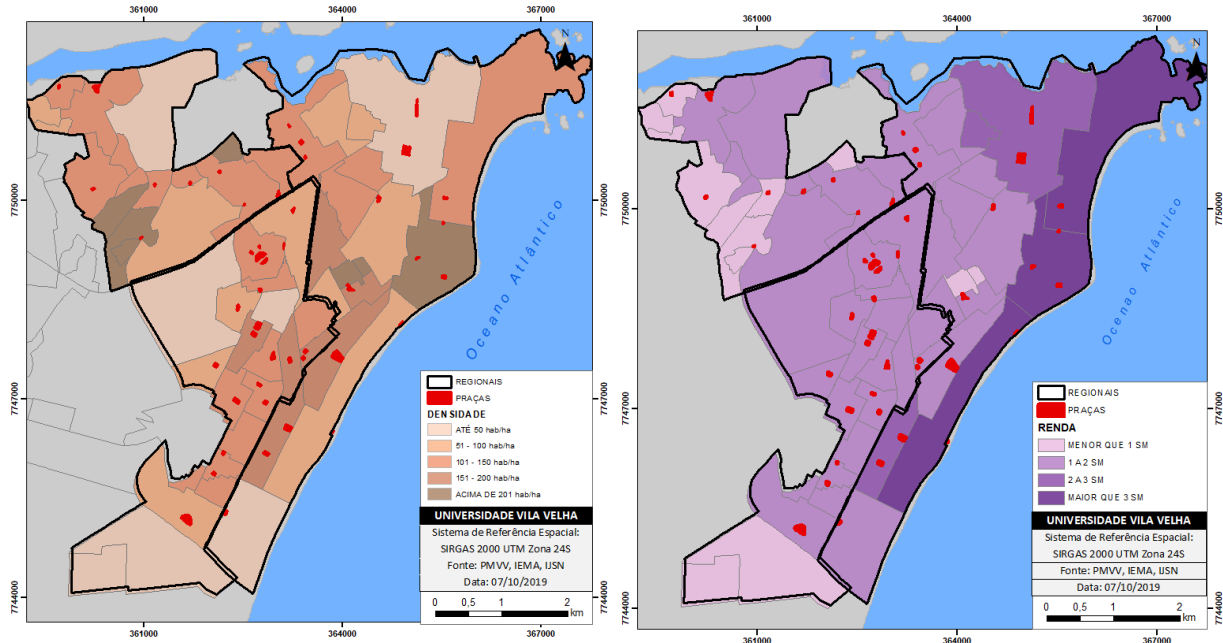
Fonte: Elaborado pelos autores no ArcGis, 2019.

Para melhor compreender a distribuição socioespacial das praças; a quantidade e a abrangência desses espaços foram correlacionadas com o perfil socioeconômico da região, considerando densidade demografia (Figura 4a) e a renda *per capita* (Figura 4b).

A Figura 4 ilustra a quantidade de habitante por hectare, agrupados a cada taxa de 50 hab./ha. No mapa, a escala de cor representa os bairros com até 50 hab./ha (tom mais claro), até mais de 201 hab./ha (tom mais escuro). A Figura 5 representa a distribuição de renda *per capita* por bairros das regionais analisadas. A gradação mais clara assinala as áreas com uma renda *per capita* inferior ao salário mínimo, até o roxo mais escuro que indica os bairros com renda *per capita* superior a 3 salários mínimos (IBGE, 2010).

Nota-se, ao observar as Figuras 4 e 5, que a Regional Grande Aribiri possui a maior densidade populacional e é também a região com menor renda *per capita* e menor quantidade de praças. As áreas de maior renda são também aquelas próximas à orla, onde há uma maior valorização do mercado imobiliário.

Figura 4- Distribuição das praças por bairros nas Regionais em análise
 a) Densidade demográfica
 b) Renda per capita



Fonte: Elaborado pelos autores no ArcGis, 2020.

A Regional Grande Ibes possui a situação mais favorável, com bairros de menor densidade demográfica e também com a melhor distribuição territorial das praças. A Grande Aribiri, ao contrário, apresenta um cenário de desequilíbrio na distribuição socioespacial dos espaços públicos para práticas sociais. Possui bairros de alta densidade demográfica, baixa renda per capita e ausência de praças ou outro espaço público. São bairros caracterizados por ocupações irregulares e espontâneas, e que também sofrem com os altos índices de criminalidade.

Na Regional Grande Centro, observa-se que os bairros com maior densidade demográfica e maior renda per capita são também aqueles ao longo da orla que sofreram, a partir da década de 1990, a valorização do mercado imobiliário e a verticalização urbana. No bairro do Centro, o mais antigo deles, evidencia-se uma situação diferenciada dos demais, apresentando baixa densidade demográfica, alta renda per capita e um total de quatro praças. Entretanto, a Regional Centro também possui bairros com baixa renda per capita, alta densidade e ausência de praça, evidenciando o cenário de desigualdade social e desequilíbrio na distribuição dos espaços livres de uso público no município.

4 CONCLUSÕES

A presente pesquisa buscou refletir sobre a distribuição socioespacial das praças do município de Vila Velha-ES, tendo como recorte três regionais centrais do município: Regional Grande Centro, Grande Ibes e Grande Aribiri, de modo a verificar se tais espaços atendem ou priorizam parcelas específicas do território urbano.

Apesar da Regional Grande Centro abranger a maior centralidade do município e possuir a maior renda *per capita*, a quantidade de espaços para práticas sociais e sua distribuição socioespacial atendem menos de 50% dos habitantes residentes da

regional. Destaca-se ainda a carência de praças em bairros periféricos de menor renda e altas densidades.

A pesquisa aponta que bairros com menor renda, originados de ocupações irregulares, são os mais afetados, já que também apresentam altas densidades populacionais e ausência de espaços livres, como é o caso da Grande Aribiri, onde foram mapeadas apenas 9 praças. Tais análises evidenciam a necessidade de ações e políticas públicas inerentes visando a criação de novos espaços atendendo a população dos bairros não contemplados.

Espera-se com este trabalho contribuir para novas pesquisas e intervenções futuras nos espaços livres de uso público da cidade de Vila Velha, em especial, visando melhorar a qualidade urbana e introduzir ambientes que estejam voltados para a integração, participação e o convívio da população por meio da criação de novos espaços. A partir do resultado das análises, a pesquisa visa orientar políticas públicas e auxiliar no planejamento ambiental e urbano municipal para que assim, os investimentos e projetos de intervenção urbana possam ser canalizados. Espera-se, ainda, consolidar e estimular estudos que reforçam a importância dos espaços livres no contexto do ambiente urbano.

REFERÊNCIAS

ALEX, S. **Projeto da Praça: Convívio e Exclusão no Espaço Público**. 2a ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo. 2011.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.

ESRI. **Environmental Systems Research Institute ArcGIS**. Desktop. Basemap: ESRI, 2016.

GEHL, J. **Cidade para Pessoas**. São Paulo: Perspectiva. 2014.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Censo Demográfico, 2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/vila-velha.html. Acesso em: 18/09/2019

INSTITUTO ESTATUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS (IEMA). **Ortofoto**. Ortofoto Mosaico cedido pelo IEMA. Vitória: 2014.

KELLY, Eric; BECKER, Barbara. **Community planning: an introduction to the comprehensive plan**. Washington: Island Press, 2000.

LYNCH, Kevin. **The image of the city**. Cambridge: The M.I.T. Press, 1960.

MACEDO et al. **Os Sistemas de Espaços Livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018.

MENDONÇA, E. M. S. A importância metropolitana do sistema de espaços livres da região de Vitória – ES –Brasil. In: EURO ELECS 2015, Guimarães, Portugal. **Anais EURO ELECS 2015**, Guimarães, Portugal. 2015. p. 2075-2084.

VILA VELHA. Lei nº 4.707 de 10 de setembro de 2008. **Institucionalização dos bairros nas Regiões Administrativas, os limites e a denominação dos mesmos e os critérios para organização e criação de bairros, no perímetro urbano do Município**. Prefeitura Municipal de Vila Velha-ES, 2008.